

Amazonas cria escola indígena para deter fanatismo religioso

Orlando Frasier

MANAUS — Um dos maiores sonhos da população indígena na Amazônia — uma escola essencialmente sua, tanto lingüística como culturalmente — que se tornou até mesmo dever do estado consagrado na Constituição Federal, jamais cumprido, pode se materializar pelas mãos do governador amazonense Gilberto Mestrinho, que se notabilizou nos últimos anos exatamente por contestar e ferir os direitos desses povos na região.

Anúncio nesse sentido foi feito por Mestrinho a uma comissão de professores indígenas do Amazonas e Roraima, que recebeu a garantia do governador — devidamente documentada em gravador ao estilo Mário Juruna — da construção ainda este ano da primeira escola desse tipo na localidade de Belém do Solimões, na fronteira do Brasil com o Peru, onde vivem 4 mil índios ticunas. Conforme o projeto dessa escola traçado no 4º Encontro dos Professores Indígenas do Amazonas e Roraima, realizado de 12 a 16 de julho em Manaus, ela terá de ser estruturada com currículos e regimentos específicos, elaborados pelos próprios índios, auxiliados por suas organizações e assessorias.

Mestrinho procurou não deixar dúvidas de que construirá “uma escola tipicamente indígena” e atraiu pela primeira vez em muitos anos a simpatia do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que considera positivo

o cumprimento do Art 210, inciso 2, da Constituição Federal pelo governo amazonense, conforme atesta o coordenador da entidade na Região Norte, Gunter Francisco Loebens. Na qualidade de professor, o governador do Amazonas também garantiu que não pretende ensinar nenhuma lição aos índios, “muito menos lhes dar esmolas ou tratá-lo como objetos de vitrine”, garantindo que as lideranças indígenas podem e devem “dar sugestões já, inclusive na construção da escola”.

Fanatismo — Com uma população de 50 mil índios, distribuída em 129 áreas e 46 diferentes municípios, os povos da região vêm sendo forçados à integração desde que os primeiros colonizadores ibéricos aportaram na Amazônia, há 400 anos. A imposição da língua portuguesa, segundo os professores indígenas, sempre foi “um modo trágico de assassinato de nossas culturas”. Com 62 línguas recensadas em 55 grupos étnicos diferentes, a Escola Indígena não é um projeto fácil de ser adotado, admitem os próprios professores indígenas. Há povos, como os muras, habitantes do rio Madeira, que não falam mais a sua língua original e terão o português como língua oficial nesse projeto educacional. Há diferenças e peculiaridades de uma nação indígena para outra, asseguram os professores, que pediram a Mestrinho a conversão das 200 escolas em aldeias mantidas pela

política indigenista oficial e algumas instituições religiosas ao projeto pedagógico elaborado pelos próprios índios.

Trata-se de “um projeto revolucionário”, na concepção do coordenador do Cimi, Gunter Francisco Loebens, para quem a história da conquista narrada pelos colonizadores começará a ser deixada de lado em favor da verdadeira história social da Amazônia — “contada a partir da resistência dos povos indígenas”. Muito dessa história, ele lamenta, ficou pelo meio do caminho com o genocídio de vários povos, mas considera perfeitamente possível a reconstituição dessa memória.

Só um fato intriga os professores indígenas: a escolha de Belém do Solimões para sede da primeira escola desse tipo. Berço da seita fanática Irmandade da Cruz, Belém do Solimões tem dado os “piores exemplos de como tornar os índios dóceis até a sua escravização espiritual”, acusam os professores, lembrando que os índios convertidos por essa seita são proibidos de participar de suas organizações tribais, rituais e observar seus valores e costumes. Exercendo pela terceira vez o governo do Amazonas pelo voto popular e considerado o mais mineiro dos governadores amazonenses, Mestrinho não confirma, mas está espantado com o crescimento do fanatismo religioso entre os índios da Amazônia.